


| | |
|---|--|
|  | <p>Protocolo Nº 20200313121402716</p> <p>Sua solicitação foi enviada à Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito da Comarca de ARACAJU em 13/03/2020 00:14 por KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, OAB 2592##SE.</p> |
|---|--|

DADOS DO PROTOCOLO

Tipo de Protocolo: PETICIONAMENTO GERAL - Outras Petições

Processo: 201940600685

Classe: Procedimento Comum

| Dados do Processo Origem | | | |
|-------------------------------|-------------------------------------|-------|---|
| Número 201940600685 | Classe Procedimento Cível | Comum | Competência Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito |
| | Situação ANDAMENTO | | Distribuido Em: 07/05/2019 |

| Partes | | |
|------------|----------------|--|
| Tipo | CPF | Nome |
| Requerente | 06043208504 | CARLOS ANDRADE PAIXÃO SOBRINHO |
| Requerido | 09248608000104 | SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT |

| Anexos | | |
|--------|---|-------------------|
| | Nome | Tipo |
| 1 | 2614332_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_PROTOCOLADA_01 (1).pdf | Petição |
| 2 | 2614332_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_PROTOCOLADA_Anexo_02.pdf | Outros documentos |

ATENÇÃO!

1. Documentos produzidos eletronicamente serão considerados originais, para os efeitos da lei, devendo os originais dos documentos digitalizados ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.
2. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
3. Ressalvados os casos de sigilo e segredo de justiça, os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais, através dos seus advogados, e para o Ministério Público.
4. Caso haja impedimento para o registro do processo eletrônico pelo Juízo, a solicitação será devolvida ao Portal do patrono solicitante (advogado, defensor público ou promotor de justiça), a fim de que possa ser submetido à regularização.
5. Atualize o seu e-mail para o Sistema Push. Este serviço promove o envio de correspondência eletrônica, dando-lhe informações sobre o andamento dos processos ajuizados por Vossa Senhoria. Se for caso de vinculação posterior a processos, o cadastro deverá ser realizado através do Portal TJSE.

Imprimir



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 201940600685 VADT DA COMARCA DE ARACAJU/SE

Processo: 201940600685







SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CARLOS ANDRADE PAIXAO SOBRINHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NVG9883**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Sua busca por placa: NVG9883 UF: SE CATEGORIA: 09*

| | Exercício | Valor Pago | Situação | Declaração de Pagamento | | | | |
|--|------------|------------|----------|---|----------------|------------|------------|-----------|
|  | 2016 | R\$292,01 | Quitado |  | | | | |
| <table><tr><th>Data Pagamento</th><th>Valor Pago</th></tr><tr><td>29/02/2016</td><td>R\$292,01</td></tr></table> | | | | | Data Pagamento | Valor Pago | 29/02/2016 | R\$292,01 |
| Data Pagamento | Valor Pago | | | | | | | |
| 29/02/2016 | R\$292,01 | | | | | | | |
|  | 2015 | R\$292,01 | Quitado |  | | | | |
|  | 2014 | R\$292,01 | Quitado |  | | | | |
|  | 2012 | R\$279,27 | Quitado |  | | | | |
|  | 2011 | R\$231,79 | Quitado |  | | | | |

(*) Motocicleta

Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

| | | | | | |
|-----------|----|----------------|-----------------------|-----------|-----------|
| Exercício | UF | Final da Placa | Categoria(Saiba mais) | Pagamento | |
| 2018 | SI | 3 | 9 | À vista | Consultar |

Categoria: 9

| Final da Placa | Vencimento | | | |
|----------------|-------------------|---------------|------------|---------------|
| | IPVA (COTA ÚNICA) | Com Desconto? | DPVAT | Licenciamento |
| 3 | 30/04/2018 | NÃO | 30/04/2018 | 31/05/2018 |

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA DIVERGÊNCIA ENTRE LAUDOS

(NECESSIDADE ACOLHIMENTO LAUDO JUDICIAL – FLS. 96/98.)

Inicialmente, a ré informa que para realização de qualquer pagamento indenizatório, concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas precisam ser submetidas à avaliação médica criteriosa com o escopo de ser apurado o *quantum* indenizatório devido em decorrência da lesão suportada pela vítima, nos termos da lei 6.194/74.

No presente caso, antes mesmo de distribuído os autos à vara competente, o autor foi ao IML a fim de que se apurasse a existência de lesões invalidez e sua repercussão como verifica-se abaixo:

Após a distribuição, deu-se o devido prosseguimento à demanda, até que o juízo de piso determinou a intimação das partes para que dissessem sobre provas, **momento em que fora requerida a realização de nova perícia médica, o que foi deferido pelo Magistrado de primeiro grau.**

Ocorre que, há clara divergência em relação a conclusão das perícias, sendo certo que o laudo pericial produzido pelo IML (fls. 96/98.), é o que melhor retrata o estado de saúde, físico da vítima, pois não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

Soma-se a isso, que este laudo é o que se mostra mais adequado a ser utilizado como parâmetro para a apuração da lesão e sua repercussão, uma vez que **indica com precisão a lesão sofrida e sua gradação conforme a tabela:**

6º) Da ofensa resultou incapacidade incurável perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permante?

Portador de seqüela que resultou em dano permanente parcial incompleto de repercussão moderada na função do pé esquerdo, equivalendo a 25% (50% de 50%).

Não é crível que se acolhida um laudo mais prejudicial à ré, sem qualquer fundamento plausível para isto, somente fundada no fato de um já existente.

Uma vez produzido o laudo, cumpridos os mandamentos legais, cabe seu acolhimento, até porque uma vez que foi elaborado por último é dele a função de melhor transmitir a realidade atual.

Pelo exposto, requer a ré que seja afastada a conclusão do último laudo pericial, para que, seja acolhida a conclusão pericial de fls. 96/98, a fim de que o cálculo da condenação não ultrapasse o valor de R\$ 3.3750 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao autor, com base na lesão suportada:

| Danos Corporais Segmentares (Parciais) | Percentuais | Valor da Indenização |
|---|-------------|----------------------|
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | das Perdas | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | 50 | R\$ 6.750,00 |

| Repercussão | Valor da Indenização |
|---------------------|----------------------|
| 50% (grau moderado) | R\$ 3.375,00 |

Pelo exposto, a parte ré impugna expressamente o laudo pericial produzido, tendo em vista a divergência apontada.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARACAJU, 11 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"



LAUDO DO EXAME DE LESÕES CORPORAIS

quinta-feira, 7 de março de 2019

Nº Laudo
2150/2019

Dados Da Vítima

| | | | |
|--------------------------------|--------------------------|---------------|--------------|
| Nome da Vítima | Nascimento | Idade | Naturalidade |
| CARLOS ANDRADE PAIXÃO SOBRINHO | 06/12/1949 | 70 | ARACAJU |
| Estado Civil | Sexo | Cor | Profissão |
| CASADO | MASCULINO | PARDA | RADIALISTA |
| Instrução | Nome da Mãe | Nome do Pai | UF |
| IGNORADO | MARIA A. PAIXÃO | NÃO DECLARADO | SE |
| Endereço | Bairro | Município | |
| RUA J. PACHECO, 503 | JABOTIANA | ARACAJU/SE. | |
| Nome da Autoridade | Função | Unidade | |
| DANIELA RAMOS L. BARRETO | DANIELA RAMOS L. BARRETO | DEDT | |

| | | | |
|------------------------|---------------|-------------------|---------------------------|
| 1º Perito Relator | Cremese/Crose | 2º Perito Relator | Cremese/Crose |
| DRª SOLANGE SOUSA LIMA | 1250 | | AMDO-LAUDO Nº2150/2019 |

| | | |
|------------------|------|-------|
| Local da Perícia | Tipo | Causa |
| Sala do IML | | |

Historico/Descrição

Historico

O periciado informa que foi vítima de acidente de trânsito no dia 16/04/2018, nesta cidade.

Descrição

Ao exame observamos uma deformidade (abaulamento) no dorso do pé esquerdo, uma cicatriz irregular medindo 5,0 x 4,0 cm, e uma linear medindo 1,2 cm de comprimento. Apresenta marcha claudicante. Segundo o relatório do Dr. Márcio M. Rocha CRM 3592, o paciente sofreu fratura luxação exposta ao nível dos metatarsos e cunha que envolvem a articulação de Lisfranc do pé esquerdo, sendo submetido a tratamento cirúrgico. Se encontra com deformidade residual com pé plano valgo e abdução do antepé.

Comentário Médico/Conclusão/Questões Respostas

Comentário Médico - Forense

Existe compatibilidade entre o histórico, os achados do exame, o relatório médico e a ação contundente. Não houve perigo de vida, porém se fez necessário afastamento de suas ocupações habituais por período superior a 30 dias. O periciado é portador de seqüela que resultou em dano permanente parcial incompleto de repercussão moderada na função do pé esquerdo, equivalendo a 25% (50% de 50%).

Dr.ª Solange Souza Lima
Perita Médica Legista 1ª Classe
CRM 1250 - 1250

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Em 26/03/19

Marco Antônio C. Dantas
Escrivão de Polícia Judiciária



Conclusão

- 1-Houve ofensa a integridade física da vítima.
- 2- Ação foi contundente.
- 3-Portador de seqüela que resultou em dano permanente parcial incompleto de repercussão moderada na função do pé esquerdo, equivalendo a 25% (50% de 50%).
- 4-Exame realizado às 16h35 do dia 07/03/2019.

Quesitos/respostas:

1º) Houve ofensa a integridade ou a saúde do paciente?

Sim.

2º) Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?

Contundente.

3º) A ofensa foi produzida com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel, ou que podia resultar perigo comum?

Não.

4º) Da ofensa resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta (30) dias?

Sim.

5º) Da ofensa resultou perigo de vida?

Não.

6º) Da ofensa resultou incapacidade incurável perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permante?

Portador de seqüela que resultou em dano permanente parcial incompleto de repercussão moderada na função do pé esquerdo, equivalendo a 25% (50% de 50%).

Este documento foi expedido via eletrônica (expresso), nos termos da legislação vigente. Confere com o original em arquivo digital, disponível no banco de dados do Instituto Medico Legal. Deverá conter o carimbo da unidade policial responsável pela impressão.

DRª SOLANGE SOUSA LIMA
1250

AMDO-LAUDO Nº2150/2019

Dr.ª Solange Souza Lima
Perita Médica Legista 1ª Classe
CREMELE - 1250

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Em 26/03/19

